



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
DIRETORIA COLEGIADA

ATA Nº 25 DA DIRETORIA COLEGIADA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

No dia **18 de novembro de 2023, às 10h**, reuniram-se na sala de Reunião da Presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas os membros da Diretoria Colegiada: a Presidenta, Sr^a. **Joenia Wapichana**, a Diretoria de Administração e Gestão, Sr^a. **Mislene Metchacuna Martins Mendes**; a Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, Sr^a. **Lucia Alberta Andrade de Oliveira**; a Diretora de Proteção Territorial, Sr^a. **Maria Janete Albuquerque de Carvalho**; assim como, na condição de convidados (sem direito à voto), o Procurador-Chefe da Funai, Sr. **Matheus Antunes de Oliveira**, o Coordenador-Geral de Gestão Estratégica, Sr. **Artur Nobre Mendes**; e a Chefe de Gabinete da Presidência, Sr^a. **Marinete Cadete da Silva**. A reunião também teve a participação como convidados a Ministra do Ministério dos Povos Indígenas, Sr^a. **Sonia Guajajara**, o Secretário Executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Sr^o. **Eloy Terena**; a Secretária de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas do MPI, Sr^a. **Eunice Kerexu**; a Secretária de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do MPI, Sr^a. **Ceição Pitaguary**; o Secretário de Saúde Indígena, Sr^o. **Weibe Tapeba**; e seus assessores. A Presidenta da FUNAI, agradece a presença de todos e apresenta a pauta para os participantes presentes. Informa as atribuições de cada diretoria e as deliberações realizadas na reunião que ocorre semanalmente. A Ministra do MPI agradece o convite para participar da última reunião anual da Dircol. Apresenta os integrantes do Ministério dos Povos Indígenas na reunião. A Diretora da Dages explica a situação da barragem de Pitaguary e diz que o entendimento do Ministério da Justiça é que a manutenção das obras era de competência da FUNAI. Explica também que no regimento não há essa competência da FUNAI para deliberação de recurso e expertise para construção da barragem ou aeródromo. Comenta que o processo se encontra no MPI e reforça que o prazo é até o dia 22/12/23. Aguarda a indicação de nomes das áreas para participar da Câmara de conciliação e a PFE irá conduzir com o entendimento de que não compete a FUNAI monitorar e fiscalizar. O Procurador comenta que há um parecer das competências da FUNAI e que não inclui a construção ou reforma de barragens e aeródromos. Assim, foi encaminhado a procuradoria da AGU com este entendimento e deliberado a indicação dos participantes para compor a Câmara de Conciliação sobre as barragens, houve tratativas com o MPI e estaria finalizando o documento para encaminhamento à Secretaria Executiva e Ministra. Em 2021, foi feito um parecer do Ministério da Justiça dizendo que as construções de barragens eram atribuições da FUNAI. Decorrente disso, a ANA começou a cobra a FUNAI. A Procuradoria da Funai fez um parecer e encaminhou à MPI para conhecimento e finalização do parecer. A Presidenta expõe a necessidade das reformas e construções da pista de pouso e enfatiza que a FUNAI não tem orçamento para obras. Sr. Matheus fala que a FUNAI, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério de Portos e Aeroportos, Agência Nacional de Aviação Civil, INFRAERO, Ministério Público, Ministério da Saúde irão compor a Câmara de Conciliação. A Diretora da DPT fala da importância da segurança nas pistas de pouso e que foi feito e tratado com a INFRAERO e sugerido que na segurança tenha um controlador de voo indígena da região, enfatiza que seja verificado a responsabilidade com a DEFESA e levar o assunto para apresentar a proposta. O Secretário da SESAI, o Sr. Weibe fala que tem recurso e sugere que a distribuição técnica e financeira seja compartilhada. A Diretora da Dages, fala que em reunião no Estado comenta que o Governo do Ceará tem interesse na construção da barragem e sugere um convênio. A Presidenta fala que vai aguardar o parecer e do Ministério da Defesa para discutir e planejar com a SESAI. A Diretora da DPT, fala da adesão ao concurso unificado. Em tratativas para a elaboração da prova junto com os outros órgãos a previsão do edital sair será em janeiro, provas no mês de maio e a efetivação dos servidores em outubro. Expõe também sobre cotas e vagas regionalizadas. Também comenta sobre o termo de parceria KFW que foi assinado em 2009. Em 2017 até 2022 ficou parada a parceria e retomou as tratativas em 2023. São 44 terras indígenas envolvidas. A parceria foi apresentada na reunião dos coordenadores regionais e PNGATI. O KFW farão uma visita ao Brasil em janeiro e visitarão uma terra indígena na região do Madeira. A Diretora da DPT expõe que a INFRAERO fará uma apresentação da reforma da pista de pouso, e no dia 10 de janeiro executarão o tapa buraco. Eles estão estudando uma forma tecnológica de alternativa para manutenção a longo prazo. Informaram que uma fábrica no Reino Unido produzem uma pista de pouso de ferro montáveis e desmontáveis com previsão de duração de montagem de 7 dias. A FUNAI foi convidada para visitar a fábrica no Reino Unido em janeiro. O Secretário da SESAI, solicita que o convite se estenda ao MS para que possa participar da visita também. O Procurador informa que fez uma reunião com a AGU e OAB para tratar sobre o marco temporal propondo a suspensão das ações. Ficou pendente de encaminhar os argumentos para analisarem, pois uma vez publicado já é colocado em prática para julgamento. A Diretora da DPT fala da necessidade de integração e apoio da segurança decorrente da entrada de garimpeiro e explana o panorama das regiões indígenas. Já vai completar um ano de declaração de emergência Yanomami e é importante um alinhamento de informações em todas as áreas para que tenhamos um único entendimento. Também é preciso realizar as renovações da Força Nacional na TI. O Secretário da SESAI, explana sobre as políticas de saúde, procedimentos no Ministério da Saúde e os atendimentos indígenas aos Estados. Foi entregue o projeto da CASAI Yanomami. MPI informa que foi feito um procedimento para resguardar os servidores. O Coordenador da CGGE, apresenta o Cronograma para elaboração do Relatório de Gestão Integrado 2023. A Presidenta finaliza a reunião agradecendo a presença de todos e informa que a próxima reunião da DIRCOL será dia 08 de janeiro de 2024.

ENCAMINHAMENTOS DA DIRETORIA COLEGIADA:

1. Aguardar o Parecer Técnico do Ministério dos Povos Indígenas sobre o entendimento na manutenção de Barragens;
2. Agendar reunião com o Ministério da Defesa, para tratar sobre pistas de pouso próximas aos Pelotões de Fronteiras, responsável pela agenda MPI;
3. Realizar o levantamento sobre as pistas de pouso que estão sendo reformadas, responsável SESAI;
4. SESAI sugere que o Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Saúde e Funai proponham a inclusão da demanda das pistas de pouso no novo PAC;
5. Secretário Executivo do MPI solicita alinhamento das informações entre MPI e Funai, que houvesse uma estratégia na contratação emergencial (como de helicópteros e etc), com crédito extraordinário ou outro recurso, sem a dependência do Ministério da Defesa;
6. Procuradoria Especializada Federal, informa sobre a Lei 14701, considera extremamente provável que o STF se pronunciará pela inconstitucionalidade de vários trechos da lei cujos vetos foram derrubados.

Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a 25ª Reunião da Diretoria Colegiada da FUNAI de 2023. Estes foram os termos da reunião, ocorrida em 18 de dezembro de 2023. Encaminhe-se para assinatura dos membros da Diretoria Colegiada.

JOENIA WAPICHANA
PRESIDENTA

LUCIA ALBERTA ANDRADE DE OLIVEIRA
DIRETORA
DPDS

MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO
DIRETORA
DPT

MISLENE METCHACUNA MARTINS MENDES
DIRETORA
DAGES

Brasília - DF, 19 de dezembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Alberta Andrade de Oliveira, Diretor(a)**, em 04/03/2024, às 22:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mislene Metchacuna Martins Mendes, Diretor(a)**, em 14/03/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Diretor(a)**, em 25/03/2024, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joenia Wapichana, registrada civilmente como Joenia Batista de Carvalho, Presidente**, em 02/04/2024, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6119109** e o código CRC **1F204755**.